

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.563 - RJ (2019/0293304-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **CLEDYR LICHKOSKY RANGEL (PRESO)**
ADVOGADO : **ICEK BRYAN ROJTENBERG - RJ157705**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **CLEDYR LICHKOSKY RANGEL** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Neste recurso, a defesa alega, em suma, excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal. Destaca que o recorrente foi preso preventivamente em 27/7/2018, estando encarcerado, portanto, há mais de um ano, sem previsão para a realização da audiência de instrução.

Pleiteia o relaxamento da custódia provisória.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

O recurso não merece provimento.

A Corte de origem, quanto ao excesso de prazo, assim se manifestou:

"Com efeito, não se pode ter como peremptórios os prazos processuais relativos à instrução criminal, os quais não devem resultar de mera soma aritmética, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo nos tempos modernos.

Não se vislumbra, ainda, demora injustificada na conclusão do processo, que vem tramitando dentro do limite da razoabilidade, merecendo relevo o fato de que, o excesso de prazo que configuraria constrangimento ilegal, é aquele causado pela inércia do Juízo, ao não dar andamento célere ao processo quando é possível fazê-lo, hipótese não ocorrente, porquanto, no caso, o feito aguardar o cumprimento de cartas precatórias.

Note-se que, ao ora Paciente está sendo imputada a prática de crimes graves, havendo fortes indícios de materialidade e autoria.

Sob tal prisma, não se vislumbra qualquer constrangimento ilegal, violação do princípio do devido processo legal, ou à razoável duração do processo, tampouco ofensa à dignidade da pessoa humana, ausentes, assim, razões para se conceder o relaxamento da prisão.

Pelo exposto, voto pela **DENEGAÇÃO DA ORDEM.**"

Segundo orientação dos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a

forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado.

Na hipótese, observa-se que o recorrente foi preso cautelarmente em 27/7/2018. Em consulta realizada no site do Tribunal de origem, verifica-se que a audiência de instrução foi inicialmente designada para 12/12/2018. No entanto, o Ministério Público apresentou aditamento à denúncia, incluindo novos réus e novos fatos, em razão dos desdobramentos surgidos da investigação policial.

Em 14/2/2019, houve o recebimento do aditamento da denúncia e após o devido processamento e intimação dos réus, a audiência de instrução foi designada para 23/10/2019. Não obstante, o setor de videoconferência daquele Tribunal certificou que não há datas disponíveis para realização de audiência por videoconferência neste ano.

Diante desta circunstância, o Juízo de origem, atuando de forma diligente, determinou, em 8/10/2019, o desmembramento do feito em relação aos réus foragidos.

A Corte estadual destacou, ainda, que "excesso de prazo que configuraria constrangimento ilegal, é aquele causado pela inércia do Juízo, ao não dar andamento célere ao processo quando é possível fazê-lo, hipótese não ocorrente, porquanto, no caso, o feito aguardar o cumprimento de cartas precatórias".

Sob tal contexto, não há se falar, **por ora**, em manifesto constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na instrução criminal, haja vista a complexidade do feito, que passou por aditamento da denúncia, reunindo 5 réus e, posteriormente, foi desmembrado, contando atualmente com 3 acusados. Ressalta-se, ainda, a necessidade de expedição de cartas precatórias para intimação dos réus e a falta de datas disponíveis para realização de audiência por videoconferência.

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

"[...]

6. Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento da delonga injustificada deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

7. Fica afastado, ao menos por ora, o suscitado excesso de prazo se a demanda tramita regularmente e o prognóstico para o término do feito, com data prevista para a realização da audiência de instrução, é de que seja em breve.

8. Ordem denegada."

(HC 530.341/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019)

"[...]

6. Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que o maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a 3 réus da prática de tráfico e associação para o tráfico, em que foi necessária expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas para continuação da audiência de instrução e julgamento

Superior Tribunal de Justiça

realizada em 12/11/2018. E, ainda, conforme verifica-se no sítio eletrônico do Tribunal de origem, a audiência ainda não foi realizada por ausência das testemunhas, sendo designada para 10/10/2019. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora.

7. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 526.418/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator